

# 32 CONGRESSO NACIONAL CNE <sup>Brasil</sup>

EDUCAÇÃO • DESENVOLVIMENTO • INCLUSÃO SOCIAL

## Pauta de lutas para 2014 tem greve nacional em março

### Ciclos e Semestralidade

SEDF estabelece o debate  
com a comunidade escolar

Página 4

### Projeto Político-Pedagógico

Caminho para construção  
de um ensino de qualidade

Página 6

### Coordenador(a) pedagógico(a)

Elo fundamental entre os  
docentes e a direção da escola

Página 8

## Expediente

**Sinpro-DF(sede):** SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

**Subsede em Taguatinga:** CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefone: 3562-4856 e 3562-2780

**Subsede no Gama:** SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefone: 3556-9105

**Subsede em Planaltina:** Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefone: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

**Secretaria de Imprensa:** Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e

Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

**Jornalistas:** José Mauro de Almeida, Luis Ricardo Machado, Tomaz de Alvarenga

**Revisão:** José Antônio de Oliveira

**Diagramação e capa:** Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva

**Impressão:** Palavra Comunicação

**Tiragem:** 36.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

## Diretoria Colegiada do Sinpro DF

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador

Cláudia Bullos

Washington Dourado

### SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portugal de S. Felipe - Coordenadora

Francisco Raimundo (Chicão)

Silvia Canabrava

### SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador

Elaine Amâncio Ribeiro

Wijairo José da C. Mendonça

### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador

Ilson Veloso Bernardo

Cássio de Oliveira Campos

### SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Eliceuda Silva França - Coordenadora

Neliane Maria da Cunha

Vilmara Pereira do Carmo

### SECRETARIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa - Coordenadora

Luiz Alberto Gomes Miguel

Geraldo Benedito Ferreira

### SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora

Magnete Barbosa Guimarães

Fátima de Almeida Moraes

### SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudio Antunes Correia - Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes

### SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Wiviane Farkas - Coordenadora

Jucimeire Barbosa (Meire)

Delzair Amancio da Silva

### SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Maria José Correia Muniz - Coordenadora

Manoel Alves da Silva Filho

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

### SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Julio Barros - Coordenador

Luciana Custódio

Francisco Assis

### SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora

Fernando Reis

Regina Célia T. Pinheiro

### SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabriel Magno - Coordenador

Iolanda Rodrigues Rocha

Polyelton de Oliveira Lima

### CONSELHO FISCAL

Gardênia Lopes dos Santos

Maria Cristina Sant'ana Cardoso

Jailson Pereira Sousa

Marcos Alves Pires

Regina Márcia de Assis Santos

## Editorial

# 2013 UM ANO DE CONQUISTAS MAS A LUTA NÃO PODE PARAR

Ao final de 2013 nossa categoria pôde comemorar algumas conquistas, que os (as) trabalhadores(as) da Educação ansiavam. Entre elas, o Plano de Carreira. Sua reestruturação, com a incorporação da Tidem, foi uma grande vitória. Muitos itens foram conquistados graças à luta da categoria, como a greve de 52 dias em 2012.

Também, em 2013, vivenciamos mais um processo eleitoral, conforme previsto na Lei de Gestão Democrática. Porém, ainda temos como desafio motivar a participação efetiva de toda comunidade escolar. Não apenas participando com o voto, mas, sobretudo, sendo ator efetivo no dia a dia da gestão.

Outra conquista bate a nossa porta. É o Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá ser aprovado nos próximos meses. Porém, o texto oriundo do Senado foi muito alterado em relação ao que saiu da Câmara. O atual texto é qualificado apenas como uma carta de intenções.

O Sinpro continua a lutar por um PNE eficiente, com garantia de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública. No texto atual, o governo deixa de ser obrigado a investir "em educação pública" - como previa o texto ori-

ginal - e fica obrigado a fazer "investimento público em educação", o que abre brecha para alimentar o ensino privado.

Outro ponto fundamental é a aplicação da Meta 17 (veja quadro), que valoriza os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, equiparando o rendimento médio destes(as) com o dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Só embasado em um PNE eficiente, que realmente garanta educação com maior qualidade, é que se poderá obter um Plano Distrital de Educação (PDE) que corresponda aos anseios e às reivindicações de toda a sociedade.

Ainda temos pontos cruciais a serem vencidos em nossa pauta, entre eles: plano de saúde; gozo das licença-prêmio; pagamento de pendências financeiras; precatórios; redução do número de alunos em sala e a isonomia com a carreira médica.

Por isso, o desafio é atualizar nossa pauta de reivindicações e organizar a categoria para novas conquistas.

Portanto, convocamos todos e todas para a luta, que é permanente e necessária.

## META '17

17.1) constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação

da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

17.3) implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4) ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

17.5) prorrogar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com aperfeiçoamentos que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União.

# Sinpro toma posse no Conselho de Educação

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal tomou posse no Conselho de Educação do DF, no dia 5 de dezembro de 2013, na sede do órgão. O Conselho de Educação, instituído pelo Decreto nº 171, de 7 de março de 1962, é um órgão de assessoramento à Secretaria de Educação e tem o objetivo de definir normas e diretrizes para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. A diretora Berenice Darc, representante do Sinpro-DF, foi empossada pelo secretário-adjunto da Secretaria de Educação, Jacy Braga e afirmou que a entrada do Sindicato no Conselho representa muito para o ensino público de Brasília, já que o Sinpro é a maior representação do segmento educacional no órgão.

“Esta posse representa a participação dos professores e professoras da educa-



A diretora Berenice Darc representa o Sindicato dos Professores no Distrito Federal no Conselho de Educação

ção pública nas decisões do ensino do Distrito Federal. Nos anos anteriores o órgão tinha uma base basicamente formada por representantes da rede privada. A partir da Gestão Democrática, o Sinpro, o SAE e os estudantes se tornaram representantes, passando com isto a ter uma gestão muito mais democrática no Conselho”, salienta a diretora Berenice, da Secretaria de Políticas Educacionais do Sinpro.

Com um mandato de quatro anos, o Sinpro terá poder de voto e intervenção nas ações do Conselho. Segundo Berenice, entre os focos do Sindicato dos Professores nesta gestão está a proposição de um olhar diferenciado para a rede pública de ensino. “Vamos sugerir mais políticas para a educação pública e um olhar mais voltado para este segmento da educação no Distrito Federal”, salientou.

## Delegado (a) Sindical, você é fundamental para nossa luta

Em fevereiro as escolas devem eleger seus delegados sindicais. Eles cumprem um papel político dos mais importantes, pois são quem organizam os espaços, mobilizam toda a categoria; se destacam por um papel de interlocução entre escola e sindicato.

O Sinpro realiza desde 2005 o curso para delegado sindical. Mesmo não sendo pré-requisito para os candidatos, é uma ferramenta de apoio primordial, visando fortalecer a luta de classe, como explica Nilza dos Santos, que faz parte da Secretaria de Formação do Sindicato.

“O curso auxilia muito a quem já é delegado e a quem planeja desempenhar esse papel. Já temos 16 turmas de formação do curso básico, com mais de 1.000 professores(as) que frequentaram o curso. E há também o curso avançado, com 5 turmas concluídas. Leis trabalhistas, organização da classe trabalhadora, história dos movimentos sindicais, filosofia e sociologia são alguns dos temas abordados nas aulas, que são embasadas em cartilhas de formação política da CNTE”, diz Nilza.

Ricardo Gama é delegado na Escola Classe 16 de Sobradinho. Ele atua na função desde 2009 e dá mais detalhes sobre este ofício.

“Nós somos o elo entre a escola e o sindicato. Fazemos campanhas para chamar as pessoas a se candidatar; chamamos os(as) colegas para as assembleias e, fomentamos as mobilizações. Realizamos reuniões periódicas com a Diretoria do Sinpro (geralmente à noite); debatemos as informações e, no outro dia, repassamos tudo em reunião na escola, mantendo a categoria atualizada”, explica.

Ele se orgulha deste trabalho (que é voluntário), pois crê na importância da luta de classes e da conscientização da categoria. “Por exemplo, se ocorrer uma greve, os delegados passam todas as pautas e deixam todos os(as) professores(as) informados(as) para a assembleia”, exemplifica. “O curso de formação do Sinpro, que eu mesmo fiz, leva muita informação para a categoria. E quanto mais informado a respeito da nossa realidade, maior o nosso

sentimento em participar e lutar pelo o que é nosso, por isso, aos poucos, percebo que a procura aumenta, apesar de ainda ser pequena”, ressalta.

O Sinpro endossa a importância da organização no local de trabalho para o fortalecimento de nossa luta. Para isto é fundamental que a categoria faça o debate e organize a eleição do(as) delegados(as) sindicais e representantes de turnos para que possamos, juntos, enfrentar os desafios de 2014.



# SEMESTRALIDADE E CICLOS DE APRENDIZAGEM: O MOMENTO É DE DIÁLOGO

O 1º semestre de 2013 foi marcado pela falta de diálogo do Governo do Distrito Federal com a comunidade escolar no que diz respeito a implementação do Ciclos de Aprendizagem e Semestralidade. Somada à arbitrariedade do GDF, existia uma grande lacuna no projeto governamental que não conseguia orientar as escolas em suas dúvidas pedagógicas e funcionais.

No final do ano passado, a Secretaria de Educação do DF tardiamente organizou audiências públicas em várias regiões administrativas, que possibilitaram o debate sobre o projeto. O GDF apresentou para a diretoria do Sinpro a implementação por adesão, na perspectiva de que as escolas que adotaram a organização Ciclada e/ou a Semestralidade pudessem avaliar e escolher se permanecerão ou não neste processo no presente ano, corrigindo assim as possíveis distorções.

Cleber Soares, diretor da Secretaria de Imprensa do Sinpro, analisa: “É preciso que tudo seja debatido com a categoria. Em 2013, a SEDF tentou impor a implementação do projeto de Ciclos e Semestralidade, prescindindo do debate, não convencendo a maioria das escolas. Ainda no início do ano, após vários debates com o Sinpro e ações políticas e jurídicas, a Secretaria teve que recuar da imposição e estabelecer um processo de consulta às escolas. Todavia, mesmo com o estabelecimento desta consulta, continuamos reafirmando que o mais adequado seria estabelecer um amplo debate com a participação de toda comunidade escolar antes de efetiva implementação da proposta de Ciclos e Semestralidade. Com esta perspectiva, o ano de 2013 deveria ser para discussão, debate e formação e, a partir desta ampla discussão, uma implementação gradativa, a partir de 2014, se esta fosse a conclusão da comunidade escolar”.



## SAIBA MAIS

*Os ciclos de aprendizagem consistem em uma proposta de reorganização do ensino em vários níveis, pensando na Educação como uma perspectiva que não tenha como foco o dualismo aprovação/reprovação, e sim na própria aprendizagem. Tal alcance da proposta deve contemplar não apenas o currículo escolar, mas também o Projeto Político Pedagógico desenvolvido em cada escola.*

## O QUE SÃO: SÉRIES; CICLOS DE APRENDIZAGEM E CICLOS DE FORMAÇÃO?

*As séries e os Ciclos adquirem o status de significar o tempo escolar. Sendo assim, poderíamos dizer que:*

*uma série: uma unidade de tempo de um ano letivo;*

*um ciclo de aprendizagem: uma unidade de tempo formada por dois anos letivos ou mais;*

*um ciclo de formação: uma unidade de tempo formada pelos anos de desenvolvimento da natureza humana, ou seja, infância, pré-adolescência e adolescência (FERNANDES, 2003: 114).*

*Os ciclos se caracterizam “por ser uma experiência em que as mudanças no currículo, nos aspectos pedagógicos, na avaliação e na organização da escola oportunizam a formação de um novo tipo de escola baseada na lógica da aprendizagem e não na mera classificação e reprovação de estudantes” (STREMEL, 2012).*

*A lógica temporal escolar foi sendo socialmente construída para chegarmos à seriação, ao ano letivo, ao semestre, ao bimestre e à hora-aula. Para Fernandes (2003), o rompimento com essa estrutura exige, em primeira instância, uma ruptura com nossas disposições internas aprendidas ao longo dos anos e com a segurança que nos traz o modelo tradicional de escola.*



## O QUE É SEMESTRALIDADE?

Nessa proposta, o regime e a matrícula continuam anuais em séries, no entanto, a organização do tempo escolar e dos componentes curriculares do Ensino Médio passam a ter outra configuração.

Os principais argumentos para a implementação de ciclos também são mantidos na semestralidade, quais sejam: redução do fracasso escolar, mais tempo de trabalho entre professor e estudante e regularização do fluxo de estudantes ao longo dos três anos do Ensino Médio. Contudo, esta não é a única razão. Nos ciclos o elemento cultural também é fundamental.

A semestralidade, portanto, propõe-se a trabalhar na perspectiva do multiletramento, qual seja: o reconhecimento do pluralismo cultural e semiótico (diversas linguagens) na escola (STREMEL, 2012).

Com efeito, a semestralidade organiza os componentes curriculares no tempo (semestral) com o intuito de garantir ao estudante e ao professor uma nova relação entre estes e o processo de ensino-aprendizagem, com exceção das disciplinas educação física, língua portuguesa e matemática, que o estudante tem aula durante todo o ano letivo.



## CICLOS E SEMESTRALIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Jairo Mendonça - Professor da SEDF, músico e diretor do Sinpro-DF

A escola pública do DF, ao longo dos últimos governos tem passado por diferentes experiências de modelos de gestão bem como a forma de escolha de seus gestores e conselhos escolares, evidentemente, experiências estas, reflexos de um projeto político pedagógico específico, norteador da formação de homem e de sociedade ideais, segundo cada concepção.

O entendimento desse processo como político-pedagógico tem nos levado a defender, cada vez mais, o exercício dos princípios da democracia e do estado laico dentro das escolas públicas do DF como locus privilegiado de construção da sociedade ideal, quer seja, com sujeitos participativos, plurais, autônomos, transparentes, zelosos das relações pedagógicas e de trabalho num ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento.

O debate colocado sobre a reorganização dos tempos e espaços pedagógicos em Ciclos de aprendizagem (ensino fundamental) e Semestralidade (ensino médio) inicialmente, pela Secretaria de Educação sem a devida discussão com a comunidade escolar, suscitou uma série de outras questões inerentes e urgentes ao contexto da educação pública no DF.

É sabido que a transição de uma proposta pedagógica inovadora do caderno de teses para a sua concreta e efetiva implementação, necessita de uma série de condicionantes, como por exemplo, as condições ideais de estrutura física, formação e investimentos para que alcance os objetivos propostos e é exatamente essa, a contradição que queremos apontar, como entidade sindical que tem sua trajetória marcada pelo compromisso com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Para que tal proposta seja implementada com sucesso é imperioso que assegure-se às unidades escolares o princípio da autonomia (art. 2º, inciso III da Lei da Gestão Democrática), ou seja, que se dê por adesão da comunidade escolar imbuída da convicção de que trará benefícios e avanços no processo ensino-aprendizagem de sua escola.

A outra questão estabelece diálogo direto com nossa histórica pauta de reivindicações. Itens como a redução do número de alunos por sala de aula; aparelhamento e garantia de profissionais qualificados nos laboratórios, bibliotecas e salas de leitura; ampliação das equipes

de atendimento bem como de orientadores e orientadoras educacionais entre outros que julgamos fundamentais para a garantia do direito do/a educando/a as aprendizagens significativas.

Para além da eleição para escolha da direção e dos conselhos avançamos para a democratização de todo o sistema de ensino garantindo representação nos órgãos colegiados de todos os segmentos da comunidade escolar. Nesse contexto, qualquer política educacional só será possível quando esta for elaborada, discutida e avaliada pelos e com os sujeitos da comunidade educativa.

Também a implementação exitosa da referida proposta passa, necessariamente, pela discussão do currículo, de sua organização e sistematização.

Se quisermos romper de fato com os velhos paradigmas da escola meritocrática e excludente e avançar para uma nova forma de organização curricular e pedagógica temos que criar as condições e investimentos necessários no que identificamos pelo tripé Salário, Carreira e Formação dos/das profissionais do Magistério público bem como das ideais condições de trabalho.

\*Princípios e Finalidades da Gestão Democrática contidos na lei 4.751, de 07 de Fevereiro de 2012.

# Projeto Político-Pedagógico: um caminho para o ensino com qualidade

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) tem um importante papel no ensino, já que é aquilo que define a identidade da escola e indica caminhos para um ensino de qualidade. Para isto, é necessário reunir propostas de ação concreta a executar durante determinado período, traçar metas e cumprir um conjunto de ações para definir e organizar as atividades e os projetos educativos necessários no processo de ensino e aprendizagem.

A união destas ações indica a direção que gestores(as), professores(as), alunos(as), funcionários(as) e a comunidade escolar deverão tomar.

Por ter tantas informações relevantes, o Projeto Político-Pedagógico se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. “O PPP é

um documento que contém objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola. Desta forma, expressa as exigências do sistema educacional, além de mostrar as necessidades, os propósitos e as expectativas da comunidade escolar, tudo isto para encontrar o melhor caminho para um ensino de qualidade”, analisa a diretora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras do Sinpro, Vilmara do Carmo.



## *Passo a Passo para se elaborar um projeto*

*Com o objetivo de contribuir na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, colocamos abaixo algumas sugestões de ações a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo:*

*1) a primeira decisão a ser tomada é constituir, com membros da comunidade escolar, uma comissão para construção ou reformulação do PPP da escola. Dessa comissão devem participar membros da direção, da coordenação pedagógica e do SOE;*

*2) fazer um diagnóstico da realidade escolar (aqui temos uma parte fundamental na construção do PPP), pois o diagnóstico é um elemento imprescindível para o planejamento funcionar. Até porque durante a avaliação se detecta o que precisa ser melhorado.*

## Etapas do diagnóstico a serem realizadas:

2.1) levantamento do público, quantidade, realidade socioeconômica, fazendo um intercâmbio com o PPP do ano anterior;

2.2) o(a) secretário(a) deverá fornecer dados do ano anterior, como: quantidade de alunos matriculados, evadidos, aprovados e reprovados. A partir dos dados, promover um debate sobre as causas de fracasso e sucesso escolar;

2.3) apresentação dos projetos desenvolvidos no ano anterior por professores(as) e auxiliares, aspectos que devem ser eliminados, aspectos que devem ser aprimorados;

2.4) avaliação da estrutura organizacional da escola. Aqui não somente a estrutura física é avaliada, mas também a operacional, relatando e pensando as funções de todas as equipes que trabalham na escola;

2.5) etapa com os estudantes: durante os

primeiros dias de aula fazer a avaliação com os alunos por meio de um questionário simples a fim de que eles possam apresentar suas contribuições;\*

2.6) etapa com mães e pais: promover reunião em fevereiro com os responsáveis, apresentar o PPP do ano anterior; apresentar os dados levantados pela secretaria, apresentar a avaliação dos(as) alunos(as) e a avaliação dos professores(as) e auxiliares, em seguida, recolher dos participantes, por meio de um questionário simples, as suas contribuições; \*\*

3) a partir dos resultados obtidos pelas contribuições de todos os segmentos da comunidade escolar fazer um levantamento das ações/projetos que serão realizados novamente ou que serão realizados pela primeira vez. Aqui entram todos os projetos e ações da escola. Ex: gincana; semana de provas; provas multidisciplinares; Con-

selhos de classe participativos; café literário; projeto do SOE; semana do teatro; semana literária; jogos escolares; feira de ciências; projetos e programas das disciplinas. As pessoas responsáveis pelos projetos deverão escrevê-los e submeter aos segmentos, se for aquilo mesmo para aprovação.

4) organizar durante as coordenações coletivas um calendário anual com as datas a serem realizadas essas ações/projetos. Inserir as datas das avaliações institucionais;

5) por último, compilar todas as ideias debatidas para o PPP. Nessa parte é necessário organizá-lo, lembrando que tamanho não significa qualidade. É fundamental que o projeto apresente clareza e que seja um instrumento facilitador.

\* Questionário com os alunos não precisa ter identificação, mas é importante identificar a série e o turno do aluno e, se já estudou na escola no ano anterior. Se já estudou, o que gostou e o que não gostou na escola. O que a escola precisa para ser melhor, questionar sobre o que gostaria de aprender. Quanto aos alunos novos, é importante que eles participem fazendo uma avaliação mais limitada devido ao pouco tempo na escola, ressaltando que as respostas das duas últimas perguntas têm mais valor do que as da primeira.

\*\* Quanto ao questionário dos responsáveis, perguntas básicas sobre o que eles esperam da escola dos filhos e filhas, quais são os aspectos negativos e positivos que eles veem na educação oferecida. Como eles veem os professores, a equipe gestora. Com a coleta desses dados a escola vai ter um instrumento preciso para se planejar e se organizar.

## A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação

Prof<sup>a</sup>. Ilma Passos Alencastro Veiga - Doutora e pós-doutora em Educação, professora titular emérita e pesquisadora associada sênior da UnB.



Os eixos estruturantes das escolas formam uma relação compreendida à luz dos compromissos e das finalidades da educação, que orientam a vida educativa de socialização da cultura e mostram como ela acontece no âmbito da sala de aula. A valorização dos eixos estruturantes da escola implica pensá-los de forma articulada, interdependente e complementar. Isso nos impulsiona a enfrentar questões teórico-práticas no contexto escolar. A reflexão em torno da escola e seus eixos estruturantes não pode ser entendida como uma problemática isolada e descontextualizada. Por isso, pensar a escola e seus eixos é uma tarefa que precisa ser avaliada sob a ótica de uma

concepção democrática da educação. Trata-se de um exercício realizado sobre os três eixos estruturantes.

A escola é uma realidade temporal instituída. Ela se desenvolve num espaço e tempo histórico; sob as orientações previamente instituídas; sob a gestão de um corpo docente para assegurar as ações educativas no interior da escola; e com a presença do movimento instituinte, responsável por rever o instituído e, a partir dele, instituir outras possibilidades.

O projeto pedagógico constituído pela própria comunidade escolar é o definidor de critérios para a organização curri-

cular e a seleção e estruturação dos conteúdos, das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e tecnológicos e da avaliação. O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos.



# CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO

No Distrito Federal o espaço para coordenação pedagógica passou por várias transformações. Até 1995, o coordenador não era dispensado da regência de classe, ou seja, atuava em sala de aula e ainda coordenava as ações pedagógicas. Neste mesmo ano, a Secretaria de Educação do DF promoveu a formação destes professores, visando implementar a Escola Candanga. Em 1996 os professores com carga horária de 40 horas semanais na mesma escola puderam atuar com 20h em regências, e 20h como coordenador pedagógico. Apenas a partir de 1997 os professores passaram a ser liberados das 40h para atuar apenas como coordenador. “Hoje o nosso desafio é ampliar o número de coordenadores nas escolas. Em 1996 era apenas 1 de 20h por turno. Hoje já avançamos muito na mesa de negociação e conseguimos que escolas grandes tenham 6 professores de 40h atuando como coordenadores”, ressalta Cláudio Antunes, diretor do Sinpro.

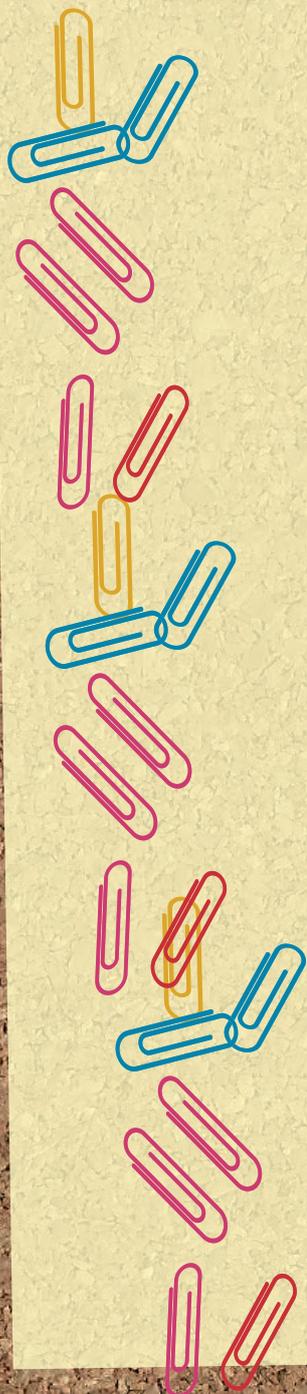
Com a Lei Nacional do Piso do Magistério, promulgada em 2008 (Lei 11.738/08), um terço da carga horária do professor é destinada à coordenação pedagógica. Aqui no DF, temos uma jornada de coordenação pedagógica maior e o coordenador tem

justamente a tarefa de otimizar este tempo de planejamento e formação do professor.

O coordenador pedagógico, como consta no regimento escolar das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal, tem por finalidade “planejar, orientar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas” (Artigo 24), promovendo ações que contribuam para a implementação do currículo em vigor nas escolas.

Tal planejamento e realização da coordenação pedagógica, são de responsabilidade dos integrantes da diretoria de cada instituição de ensino, assim como dos próprios coordenadores, contando com equipe de professores.

Segundo a coordenadora Maria Eli-neide, o papel do coordenador pedagógico é fundamental, porque direciona os trabalhos no sentido de planejamento das ações pedagógicas. “Desta forma os professores têm noção do que fazer em sala de aula, quando e como fazer, fato que coloca o coordenador como se fosse um articulador das ações pedagógicas”, ressalta a coordenadora, complementando que o segmento proporciona momentos de estudo, troca de ideias e de trabalhos que são feitos dentro da escola.



# COORDENAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

*“O coordenador tem a função de ser um elo entre o professor e a direção da escola. Mas às vezes temos que nos desdobrar com a organização de projetos, provas e fazendo funções administrativas”.*

**Liene Bastos Barbosa Rodrigues, do Centro Educacional 15 de Ceilândia.**



*“O papel do coordenador pedagógico é fundamental porque direciona os trabalhos no sentido de planejamento das ações pedagógicas. Desta forma os professores têm noção do que fazer em sala de aula, quando e como fazer, fato que coloca o coordenador como se fosse um articulador das ações pedagógicas”.*

**Maria Elineide Rodrigues da Cruz, do Sistema prisional.**

*“A Coordenação Pedagógica é imprescindível, uma vez que reflete diretamente no desenvolvimento do trabalho realizado em sala de aula”.*

**Nair de Felice Jardim Rodrigues, da Escola Classe 05 do Guarã.**



*“O coordenador pedagógico auxilia no planejamento das aulas e formula o cronograma curricular, que é um instrumento importante de planejamento de ações na escola”.*

**Elton Melo Mesquita, da Escola Parque 307/308 Sul.**

*“A coordenação pedagógica (CP) é fundamental para o desenvolvimento do plano curricular e um instrumento de vital importância para a educação”.*

**Aline Medeiros da Cruz Neumann, da Escola Jardim de Infância (316 Sul).**





## Em 2013, jurídico do Sinpro obtém muitas vitórias para a categoria

O ano de 2013 foi de muito trabalho e vitórias no Departamento Jurídico do Sindicato dos Professores no DF. Durante o último triênio foram realizados mais de 1.600 processos na área cível, que abrange as áreas da família (divórcio, guarda, alimentos), sucessões (inventários), contratos (financiamento, aluguel, compra e venda), obrigações (transferência de bens móveis e imóveis, dar, pagar), direito real (reintegração de posse), Código de Defesa do Consumidor (indenizações em geral), dentre muitas outras; cerca de 841 professores(as) clientes; cerca de 3.455 atendimentos realizados desde 2011; mais de 700 audiências realizadas; e 480

processos/casos já findados, com êxito para a categoria.

Mais de 3.000 ações ligadas a ações trabalhistas foram ajuizadas no último ano, com vitórias a professores e professoras em ações referentes a cobranças, incorporações de gratificações, mandados de segurança, revisões de aposentadoria, anulações de atos administrativos, entre outros. Destas, muitas são referentes a cobrança da GATE relacionadas aos anos de 2007 e 2008, com mais de 5.000 professores com ações ajuizadas. Também foram finalizados o ajuizamento de mais de 9.000 execuções do vale-alimentação; protocolizados mais de 1.800 execuções de ações

de objetos variados; e mais de 2.700 professores(as) receberam valores pagos pelo Distrito Federal na Justiça a título de Requisição de Pequeno Valor-Precatório preferencial.

“Os(as) professores(as) do DF contam com uma ampla rede de cobertura jurídica: administrativa e cível”, ressalta Dimas Rocha, coordenador do jurídico do Sinpro. Os atendimentos são realizados às segundas na subsede de Taguatinga, às terças pela manhã na sede e de tarde na subsede de Planaltina, às quartas na subsede do Gama, às quintas pela manhã e à tarde na sede, e às sextas na subsede de Taguatinga.

## Aposentadas e aposentados fecham 2013 com grandes conquistas

Professoras(es) encerraram 2013 com uma grande vitória. Obtiveram, finalmente, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). A aprovação do Projeto de Lei nº 1.749/2013 pela Câmara Legislativa do DF, na sua última sessão de votação do ano, garantiu, para aposentadas(os) proporcionalmente o mesmo índice de reajuste concedido a servidoras(es) aposentadas(os) integralmente.

A conquista do reajuste foi obtida graças ao empenho da Secretaria para Assuntos dos(as) Aposentados(as) do Sinpro-DF e da mobilização da categoria. Contando também com o apoio da deputada distrital Arlete Sampaio (PT).

Porém, não só ganhos salariais são do interesse do Sindicato dos Professores em relação aos colegas aposentados(as). A exemplo do ano passado, já estão programados novos cursos de formação sindical e de informática no decorrer de 2014.

A Secretaria dos(as) Aposentados(as), segundo sua coordenadora, Isabel Portuguese, vai realizar, já no início de março, sua primeira reunião com a classe para traçar estratégias para este ano. Também já está sendo planejado um grande seminário com temas de grande interesse para as(os) aposentadas(os).

O Sinpro, e em particular a Secretaria dos(as) Aposentados(as), conta com a participação de todas (os) para dar continuidade à luta por mais direitos e benefícios que será travada no decorrer deste ano.



A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) foi uma das vitórias alcançadas pelas professoras e professores aposentados



## Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher

Por entender que a educação é fundamental na luta pelo fim da violência contra as mulheres, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), por meio da Secretaria de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras, está engajado na 3ª Edição da Campanha do Laço Branco. Durante o mês de dezembro, estudantes (que participaram da premiação do IV Concurso de Redação do Sinpro), professores, diretores do Sinpro e funcionários se engajaram na campanha,

que ocorre em memória às 14 estudantes assassinadas na Escola Politécnica de Montreal, em 1989. O massacre tornou-se símbolo da injustiça contra as mulheres e inspirou a criação da campanha, mobilização mundial de homens pelo fim da violência contra as mulheres.

No Brasil, o lançamento oficial da campanha foi feito em 2001 com a distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públi-

cos, caminhadas, debates, oficinas temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas e termos de adesão à campanha, entre outros. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diferentes instituições, particularmente, organizações do Movimento de Mulheres.

## Em comemoração aos 35 anos, Sinpro lançará Revista da Mulher

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal, por meio da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Trabalhadoras, lançará no dia 8 de março de 2014 a Revista da Mulher. O informativo vai estimular a categoria ao debate de gênero nas salas de aula, além de provocar a reflexão para o trabalho pedagógico no ensino público do Distrito Federal.

Entre os assuntos abordados na Revista estão o voto feminino, a reforma política e a paridade; a origem socialista do Dia da Mulher; um estudo sobre os sete anos da Lei Maria da Penha; abordagem sobre a Lei nº 10.639, que fala sobre racismo e

religiosidade; descriminalização do aborto; combate à homofobia nas escolas; uma análise sobre os movimentos das mulheres (Marcha das Vadias, Marcha das Margaridas, Marcha do Orgulho LGBT); a mídia machista; história de lutas do Sinpro; “O homem na construção da Igualdade”; entre outros temas que vão enriquecer ainda mais o debate.

“Esta é a primeira vez que temos um exemplo de revista como esta no Sinpro. A Secretaria de Mulheres do Sinpro foi uma secretaria de vanguarda, assim como a revista também será. Este periódico será um instrumento para ser utilizado nas coordenações coletivas para debater a questão da igualdade de gêneros, além de oferecer dicas de livros e filmes sobre o tema”, salienta a diretora Vilmara do Carmo.

# CNTE fortifica a luta pela educação pública

O 32º Congresso Nacional da CNTE, ocorrido entre os dias 16 e 19 de janeiro, em Brasília, traçou a linha de atuação da Confederação para o ano, com a votação das resoluções da entidade. O debate dos temas envolvendo conjunturas nacional e internacional, estatuto e

ção pública; da gestão democrática e controle social e do currículo e avaliação.

Para as políticas permanentes, foi aprovado o texto que trata do combate ao racismo, igualdade de gênero e ações contra a violência à mulher, direitos humanos,

orientam as ações da CNTE para os próximos anos, com a implantação imediata e integral da Lei do Piso e sua regulamentação para todos os profissionais de educação.

A resolução sobre política sindical defende que o governo deva investir em



Mais de 2.000 profissionais da educação participaram do 32º Congresso da CNTE, que este ano traçou a linha de atuação da Confederação para o triênio

políticas educacional e sindical foi parte fundamental do Congresso, tendo em vista os desafios que envolvem a educação.

Os textos aprovados refletiam o ensinamento de Paulo Freire, “se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

A educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade foi destaque na resolução política educacional, que trata de um Sistema Nacional de Educação com políticas estruturantes de abrangência nacional; das metas do PNE; do financiamento mínimo de 10% do PIB para educa-

trabalho infantil, aposentados, saúde do trabalhador(a) em educação e da juventude.

O calendário de lutas da CNTE acrescenta o apoio a parceiros como Haiti, Venezuela, Cuba e Bolívia, dentre outros. Além da luta, promove a integração entre entidades de educação nacionais e internacionais.

Já no cenário nacional, o plano de lutas prevê a cobrança pelo aprofundamento das políticas sociais, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a busca de articulação com os movimentos populares.

A Lei do Piso foi destaque entre as lutas educacionais, que tem um rol 99 itens que

mais canais de interlocução com os movimentos sociais e sindicais.

## *Renovando os ânimos para novos enfrentamentos*

“O 32º Congresso da CNTE se reveste de muita importância. É o momento em que a gente consegue reunir em um único espaço, o país inteiro. É um momento de reflexão, avaliar o que foi feito e projetar o que será realizado. Por isso sua importância”, define o presidente da Confederação Roberto Leão.

Segundo Leão, a partir dos debates sobre temas sindicais, com representantes da CUT,

ENTO • INCLUSÃO SOCIAL

## de qualidade

CTB e Conlutas, dando oportunidade para a categoria apreciar diversas opiniões sobre sindicalismo e das políticas educacionais, nasce um plano de lutas, que aponta para uma mobilização muito forte em meados de fevereiro e março, com uma greve nacional.

Uma greve nacional de três dias, segundo o presidente da CNTE, se faz necessária por conta das questões relativas ao reajuste do piso salarial e à valorização da carreira, ao PNE. “São temas que compõem a pauta de mobilização, de luta e de greve nacional”, sublinha Leão.

“Sairemos daqui, com o ânimo renovado, para fazermos o enfrentamento necessário. É um momento de mobilização importante, com debates em nível nacional, com as pessoas já saindo daqui sabendo o que vão fazer. Estamos reiterando lutas históricas, que infelizmente não foram resolvidas, como o cumprimento da lei do piso”, disse o presidente.

O secretário de Finanças da CNTE, Antonio Lisboa, analisa que o 32º Congresso Nacional cumpriu seu objetivo, ou seja, a elaboração de uma pauta de luta unificada para os enfrentamentos necessários durante 2014.

Lisboa sublinhou a representatividade do Congresso com seus mais de 2,3 mil delegados de todos os estados e do DF. Esta representatividade, segundo ele, servirá para que os trabalhadores na educação se imponham diante da atual conjuntura do país. Com isso, a categoria estará unida para lutar pelo piso, pela responsabilidade educacional, pela valorização do magistério e por um PNE que atenda aos anseios da sociedade.

# 32 CONGRESSO NACIONAL

**CNTE** Brasil



Roberto Leão foi reeleito para a gestão 2014-2017, com 83,7% dos votos.

### Roberto Leão reeleito presidente da CNTE

Com 83,7% dos votos, a chapa 10: “Educar para Transformar” venceu as eleições para a gestão 2014-2017 da CNTE ocorridas durante o 32º Congresso.

A nova diretoria, composta por 31 integrantes de todos os estados e do DF, reflete o perfil democrático e pluralista que sempre pautou a atuação da CNTE e que será intensificada na gestão que se inicia em 2014.

Roberto Leão afirma que a Confederação continuará defendendo os interesses de sua base de 2,5 milhões de trabalhadores em educação. “Vamos mobilizar todo o país contra o lamentável reajuste de 8,32% no Piso Salarial. Nossa categoria merece mais! Por isso, convocamos todos para a

greve nacional dos trabalhadores em educação nos dias 17, 18 e 19 de março”, disse.

O Sinpro participa da nova diretoria da CNTE com os seguintes representantes: Antonio Lisboa, secretário de Finanças; Berenice D’Arc, secretária Executiva; Rosilene Corrêa e Ruth Tavares, suplentes da Diretoria Executiva.

### Delegados exigem lei de responsabilidade educacional

Lei de responsabilidade educacional, Lei do piso nacional do magistério, Plano Nacional de Educação (PNE), valorização da carreira, e a Lei de responsabilidade fiscal foram os tópicos mais abordados durante o Painel de política educacional, ocorrido no segundo dia do Congresso da CNTE.

**“convocamos todos para a greve nacional dos trabalhadores em educação nos dias 17, 18 e 19 de março”**

**Roberto Leão**  
presidente da CNTE



Na sua maioria, as intervenções de delegados e convidados abordaram os temas mencionados acima. Com grande ênfase à questão do piso nacional e das responsabilidades fiscal e educacional, os oradores concordaram que deve-se exercer cada vez mais pressão sobre os governos federal, estaduais e municipais para que a educação conquiste maior qualidade.

Sobre a lei de responsabilidade fiscal, os delegados ao Congresso da CNTE denunciavam que ela é utilizada pelos gestores públicos para o descumprimento da lei do piso nacional do magistério.

Os interventores também foram unânimes ao exigir mecanismos que obriguem os gestores a cumprirem a Lei do piso nacional. Para eles, somente com a implantação da lei de responsabilidade educacional haverá maior valorização do ensino no país.

### **Painel Sindical faz defesa da unidade de forças**

O risco de fragmentação dos movimentos sindicais e o consequente enfraquecimento da luta pelos direitos dos trabalhadores, as manifestações de rua em 2013 e o baixo investimento em educação pública foram os principais temas de debates no painel sindical realizado durante o 32º Congresso Nacional da CNTE.

A luta pela conquista de mais direitos para a classe trabalhadora enfrenta divergências internas nas próprias entidades sindicais. A construção de pautas unitárias e ações conjuntas foram as soluções apontadas pelos integrantes do painel.

O secretário de Relações internacionais da CUT, João Felício, alertou sobre o risco de fragmentação dessas organizações. “A disputa não pode ser entre a gente. Se não, seremos derrotados e usados como instrumentos da direita”.

Já a secretária de Mulheres da CUT, Rosane Silva, disse que problemas como esse levaram milhares de brasileiros às ruas no ano passado. “As manifestações abordaram temas como saúde: educação, mobilidade urbana e moradia”.

O presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, Altamiro Borges, salientou sobre a falta de mobilização em torno da democratização dos meios de comunicação. Para ele, quando o assunto é mídia, “o Brasil é a vanguarda do atraso”.

### **Sinpro-DF marca presença com 83 delegados**

O Sindicato dos Professores do DF participou ativamente do 32º Congresso da CNTE com uma delegação composta por 83 professores(as), os(as) que foram eleitos(as) durante a assembleia realizada na sede do Sindicato, no dia 9 de novembro.

A diretora do Sinpro, Rosilene Corrêa, diz que a participação dos delegados do DF no Congresso foi de grande importância. “Eles (os delegados) tiveram a oportunidade de ampliar suas visões sobre a educação e o sindicalismo, ao participarem dos debates de uma pauta com temas nacionais e internacionais,” diz a diretora.



## XVI Concurso Nacional do Museu da Imprensa

As inscrições para a décima sexta edição do Concurso Nacional do Museu da Imprensa de Desenho, Redação, Poesia e Monografia já estão abertas.

Este ano o tema das categorias Poesia e Redação será a **Copa do Mundo de futebol no Brasil**, em 2014. Já a categoria Desenho, destinada aos estudantes da primeira fase do ensino fundamental, terá como tema **A Turma da Mônica visita o Museu da Imprensa**. Na categoria Poesia, direcionada para alunos do Ensino Médio (1º ao 3º ano), o tema será: **As conquistas brasileiras em copas do mundo**. Na última categoria, Artigo, os estudantes de nível superior terão como desafio falar sobre o bicentenário de criação do jornal **O Patriota**, periódico que em 2013 completa duzentos anos.



O objetivo do Concurso é incentivar a pesquisa e a produção intelectual sobre a importância da Imprensa Nacional para o País e para o cidadão. Além disso, propõe estimular os trabalhos de pesquisa histórica nas escolas públicas e particulares de todo o país em torno da temática do futebol; interagir personagens da história em quadrinhos da Turma da Mônica com o Museu; e pesquisar a influência do jornal "O Patriota" para a ciência e a cultura brasileiras.

O certame distribuirá R\$ 23.700,00 em prêmios a estudantes de todos os níveis de ensino, regularmente matriculados em escolas públicas e particulares de todo o país. Os vencedores ganharão prêmios em caderneta de poupança, oferecidos pela Caixa Econômica Federal.

*Outras informações pelo telefone 0800 725 6787 e pelo site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).*

## Certificados de formação continuada

Os professores e professoras que ingressaram na Secretaria de Educação do Distrito Federal há 5 anos ou mais e que ainda não chegaram ao Padrão 25, poderão, a partir de janeiro de 2014, entregar seus certificados de formação continuada para ascender mais um padrão na carreira.

Cerca de 60% da categoria entregaram certificados para esta finalidade em 2009. Passados 5 anos, se, naturalmente, em 2014 o professor(a)/orientador(a) não alcançar o Padrão 25, ele poderá entregar esta certificação para acelerar sua progressão vertical na carreira.

Ressaltamos que se o professor que deveria ter entregue o certificado em 2009, atrasou a entrega deste documento, ele também atrasará o avanço por merecimentos proporcionalmente ao tempo do atraso nos anos seguintes. Desta forma, se um professor contratado no mês de janeiro entregou o certificado apenas no mês de dezembro de 2009, agora, em 2014, esse professor só poderá entregar o certificado em dezembro deste ano.

Os professores(as) devem entregar o certificado totalizando 180 horas, sendo que é permitido que o profissional entregue vários certificados até atingir a carga horária estipulada. Entretanto, pelo menos um dos certificados deverá ter a carga horária mínima de 120 horas.

O Sinpro recomenda que os certificados sejam entregues 15 dias antes do mês da contratação. Assim sendo, os(as) professores(as) contratados em janeiro e fevereiro já podem entregar seus certificados nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs).

## Progressão Vertical em 2014





foto: www.brasil247.com

## Planetário de Brasília, CCBB e Museu da CEF são opções culturais para as escolas

**B**rasília oferece três boas opções para que os professores e alunos saiam um pouco do ambiente escolar, ao mesmo tempo em que fomenta a formação cultural de crianças e jovens. Reinaugurado recentemente, o Planetário de Brasília funciona para o público em geral de terça a sexta-feira, de 8h às 20h e nos finais de semana, de 13h às 17h.

Existem dois horários que podem ser reservados pelas escolas durante a semana: 9h30 e 14h30. Para agendar, o responsável deve acessar o site da Secretaria de Ciência, Tecnologia ([www.sect.df.gov.br](http://www.sect.df.gov.br)), procurar pelo ícone “Planetário de Brasília” e clicar em “Agendamento”. Em seguida, devem-se preencher os campos, enviar e aguardar o contato da Secretaria. Cada sessão pode receber até 80 pessoas.

No Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), a escola interessada deve entrar no

site <http://culturabancodobrasil.com.br/portal/distrito-federal> para conhecer a programação e escolher qual exposição é do interesse da escola. Em seguida, ela faz o agendamento pelos telefones 3108-7623/7624. O horário para as visitas é livre, desde que as mesmas sejam realizadas dentro do período de funcionamento do CCBB (9h às 21h).

Outra boa opção é a Caixa Cultural. O horário de visitação é acordado entre as partes, sendo que o limite é de 90 alunos por visita, que pode ser às 9h, 10h30, 14h30 e 16h. O local também é aberto para visitação no período noturno, para contemplar os alunos da EJA.

A Caixa Cultural oferece ônibus gratuito para as escolas interessadas. Neste momento, o local não está realizando visitas guiadas, oficinais, workshops para os grupos escolares, pois está ocorrendo uma licitação para a contratação de uma

nova empresa para realizar estas atividades. Mesmo assim, há um funcionário para conduzir os grupos escolares. Os agendamentos podem ser realizados pelo telefone 3206-9450. A entrada é franca em todos os locais, para as escolas que agendarem as visitas.

### SERVIÇO

**Planetário de Brasília**  
Eixo Monumental, Setor de Difusão Cultural  
Telefone: 3361-6810

**CCBB**  
SCES, Trecho 2, Conjunto 22  
Telefone: 3108-7623/7624

**Caixa Cultural**  
SBS, Quadra 4, Lotes 3/4, Asa Sul  
Telefone: 3206-9450

## Categoria receberá 3ª etapa do reajuste salarial em março

Em março os professores e professoras receberão a 3ª etapa do reajuste salarial, previsto no novo Plano de Carreira, Lei nº 5.105/2013, sendo que desta vez a Gratificação de Tempo Integral (GTI) será incorporada ao vencimento, deixando de existir. Essa gratifica-

ção (GTI) substituiu a TIDEM na implementação do atual Plano de Carreira.

Com a incorporação da GTI, os professores com carga horária semanal de 20h passarão a receber metade do salário do professor com carga horária de 40h. Eles perderam essa condição quando a TIDEM foi criada em 1992. “Desde março de 2013 começamos a reverter a situação destes professores e agora, em março, colocamos fim a este tratamento

desigual que já durava mais de 20 anos”, ressalta Cláudio Antunes Correia, diretor do Sinpro.

No final de fevereiro o Sindicato dos Professores disponibilizará, em seu site, um Simulador Eletrônico que fará o cálculo do reajuste salarial para esta etapa de março. Para usá-lo, o professor deverá ter em mãos o contracheque do mês de fevereiro e deverá acessar a página eletrônica do Sinpro: [www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br).

